

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-22

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2012

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL



ADMINISTRAÇÃO

ICA 12-22

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

2012



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PORTARIA DCTA Nº 160/DRH-SDST, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.
Protocolo COMAER nº 67700.004620/2012-43

Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e suas Organizações Militares subordinadas.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 10 do Regulamento do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, aprovado pela Portaria nº 26/GC3, de 15 de janeiro de 2010, e, ainda, considerando o que consta do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que estabelece normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 12-22 “Gerenciamento de Resíduos Sólidos”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN
Diretor-Geral do DCTA

(Publicada no BCA nº 174, de 11 de setembro de 2012)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	7
1.3 <u>COMPETÊNCIA</u>	9
1.4 <u>ÂMBITO</u>	9
2 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	10
2.1 <u>DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO</u>	10
2.2 <u>DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS</u>	10
2.3 <u>DOS INSTRUMENTOS</u>	11
2.4 <u>DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS</u>	11
2.5 <u>DO CONTEÚDO MÍNIMO</u>	12
3 DA OBRIGATORIEDADE DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIA- MENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	14
4 DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA.....	15
5 DA LOGÍSTICA REVERSA.....	16
6 DOS RESÍDUOS PERIGOSOS.....	17
6.1 <u>RESPONSABILIDADE</u>	17
6.2 <u>PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PERIGOSOS</u>	17
6.3 <u>ATRIBUIÇÕES</u>	17
7 DAS PROIBIÇÕES EXPRESSAS	19
8 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	20
8.1 <u>ÓRGÃO PROPONENTE</u>	20
8.2 <u>CASOS NÃO PREVISTOS</u>	20
REFERÊNCIAS.....	21

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente instrução tem por finalidade estabelecer procedimentos e determinar as atribuições relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e em suas Organizações Militares subordinadas (OM), definindo as especificações, os requisitos, as responsabilidades e os critérios gerais para a elaboração, implementação e desenvolvimento dos respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Os termos e expressões empregados nesta Instrução, os quais podem ser empregados na elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, têm seus significados consagrados no vernáculo, conforme as referências citadas ou conforme explicitado a seguir.

1.2.1 ÁREA CONTAMINADA

Local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.

1.2.2 ÁREA ÓRFÃ CONTAMINADA

Área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.

1.2.3 CICLO DE VIDA DO PRODUTO

Série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

1.2.4 COLETA SELETIVA

Coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

1.2.5 DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos ambientais, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

1.2.6 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

1.2.7 GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Organizações militares, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

1.2.8 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos pela legislação brasileira.

1.2.9 GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

1.2.10 LOGÍSTICA REVERSA

Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

1.2.11 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Documento integrante do Sistema de Gestão Ambiental, baseado nos princípios da não geração e da minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à minimização na geração, segregação, acondicionamento, identificação, coleta e transporte interno, armazenamento temporário, tratamento interno, armazenamento externo, coleta e transporte externo, tratamento externo e disposição, de acordo com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos pela legislação brasileira.

1.2.12 RECICLAGEM

Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos.

1.2.13 REJEITOS

Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

1.2.14 RESÍDUOS SÓLIDOS

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está

obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso, soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

1.2.15 RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA PELO CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS

Conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

1.2.16 REUTILIZAÇÃO

Processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais.

1.3 COMPETÊNCIA

É de competência dos Comandantes, Diretores e Chefes das Organizações Militares subordinadas envolvidas, a implementação e manutenção do que está estabelecido nesta Instrução.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução aplica-se ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e suas Organizações Militares subordinadas.

2 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Para o gerenciamento de que trata esta Instrução, o DCTA e suas OM subordinadas devem elaborar cada qual o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em conformidade com as diversas legislações ambientais vigentes e de acordo com as definições desta Instrução.

2.1 DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

A elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, cuja implementação e manutenção pelo DCTA e OM subordinadas são de caráter obrigatório, deve dispor sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, tais como resíduos provenientes de reações químicas, solventes, combustíveis, resíduos hospitalares, resíduos de construção civil, etc..., cujas responsabilidades são, exclusivamente, das organizações militares geradoras de resíduos sólidos.

2.2 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

2.2.1 São princípios do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do DCTA e das OM subordinadas:

- a) a prevenção e a precaução;
- b) a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- c) o desenvolvimento sustentável;
- d) a ecoeficiência, mediante a aquisição de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades da OM e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- e) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- f) o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, além de promover cidadania; e
- g) o respeito às diversidades locais e regionais.

2.2.2 São objetivos do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do DCTA e das OM subordinadas:

- a) proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- b) não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- c) estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- d) adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- e) redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

- f) incentivo à reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; e
- g) gestão integrada de resíduos sólidos.

2.3 DOS INSTRUMENTOS

São instrumentos do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do DTCA e das OM subordinadas, entre outros:

- a) os inventários anuais de resíduos sólidos;
- b) a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- c) a contratação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, conforme legislação brasileira;
- d) o monitoramento e a fiscalização ambiental e sanitária realizada periodicamente; e
- e) o desenvolvimento de pesquisas, quando aplicável, de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

2.4 DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

2.4.1 No gerenciamento dos resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

2.4.2 Para os efeitos desta Instrução, os resíduos sólidos são classificados quanto à origem e quanto à periculosidade.

2.4.2.1 Classificação quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
- d) resíduos de prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g” e “h”;
- e) resíduos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais, inclusive os das atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico;

- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde; e
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

2.4.2.2 Classificação quanto à periculosidade:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentem significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica; e
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

2.5 DO CONTEÚDO MÍNIMO

O DCTA e suas OM subordinadas devem elaborar e manter, obrigatoriamente, Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como conteúdo mínimo:

- a) descrição da OM e das atividades nela desenvolvidas;
- b) diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- c) observação das normas estabelecidas pela legislação federal e pelos órgãos ambientais estaduais e municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, onde aplicável;
- d) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
- e) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- f) identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- g) ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- h) metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos, observadas as normas legais estabelecidas pelos órgãos ambientais;
- i) medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- j) diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados na respectiva organização militar, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição finais adotadas;
- k) metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

- l) metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos, onde possível;
- m) programas, projetos e ações documentadas para o atendimento das metas previstas;
- n) medidas para incentivar e viabilizar a gestão local dos resíduos sólidos, no âmbito da organização militar;
- o) diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos;
- p) normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;
- q) meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito da organização militar;
- r) identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o Plano Diretor da organização militar;
- s) identificação das possibilidades de implantação de soluções conjuntas entre o DCTA e suas OM subordinadas, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- t) identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico, a ser definido durante a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos da OM;
- u) implementação e manutenção de indicadores de desempenho operacional e ambiental da organização militar;
- v) implementação e manutenção de regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos, em conformidade com a legislação vigente;
- w) definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;
- x) desenvolvimento de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
- y) desenvolvimento de programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;
- z) metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- aa) ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo o programa de monitoramento; e
- bb) identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras.

3 DA OBRIGATORIEDADE DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Estão obrigados à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o DCTA e as OM subordinadas que:

- a) gerem resíduos perigosos;
- b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;
- c) gerem resíduos de construção civil; e
- d) gerem resíduos de saúde.

4 DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

4.1 O DCTA e suas OM subordinadas devem instituir ações voltadas para a implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que deve ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Instrução.

4.2 As ações direcionadas para as atividades voltadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

- a) compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial, com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;
- b) promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;
- c) reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;
- d) incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;
- e) estimular o desenvolvimento da produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e
- f) propiciar que as atividades da OM, alcancem eficiência e sustentabilidade.

5 DA LOGÍSTICA REVERSA

O DCTA e suas OM subordinadas devem estruturar e implementar procedimentos de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, que devem ser elaborados em conformidade com os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- a) agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas na legislação brasileira;
- b) pilhas e baterias;
- c) pneus;
- d) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- e) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e
- f) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

6 DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

6.1 RESPONSABILIDADE

O DCTA e suas OM subordinadas devem designar, no seu âmbito, um responsável para coordenar as atividades que envolvam Resíduos Perigosos, principalmente as listadas nesta Instrução.

6.2 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PERIGOSOS

6.2.1 O DCTA e suas OM subordinadas devem implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos, englobado no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da OM e aprovado pelo dirigente máximo da respectiva organização militar.

6.2.2 Este Plano deve ser elaborado pelo responsável designado pelo dirigente de cada organização militar, conforme item 6.1, considerando suas peculiaridades, e deve conter no mínimo:

- a) descrição da OM e suas atividades;
- b) diagnóstico dos resíduos perigosos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- c) observação das normas estabelecidas pelos órgãos ambientais e legislação ambiental vigente;
- d) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos perigosos;
- e) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos perigosos sob responsabilidade da OM;
- f) identificação e promoção de soluções consorciadas ou compartilhadas com outras organizações militares do DCTA, quando possível;
- g) ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes; e
- h) estabelecimento de medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos perigosos.

6.3 ATRIBUIÇÕES

São atribuições do DCTA e das suas OM subordinadas:

- a) manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Perigosos;
- b) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade direta, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e

- c) informar imediatamente ao DCTA sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos, ao qual caberá informar aos órgãos competentes.

7 DAS PROIBIÇÕES EXPRESSAS

São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos no âmbito do DCTA e suas OM subordinadas:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento *in natura* a céu aberto;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade; e
- d) outras formas vedadas pela legislação ambiental brasileira.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 ÓRGÃO PROPONENTE

O Subdepartamento de Administração (SDA), por intermédio da Divisão de Recursos Humanos (DRH), é o órgão responsável pela atualização desta Instrução.

8.2 CASOS NÃO PREVISTOS

Os casos não previstos nesta Instrução devem ser apresentados para análise do Chefe do Subdepartamento de Administração, que os encaminhará para apreciação e decisão do Diretor-Geral do DCTA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial. *Portaria CTA Nº 99/CTA, de 13 de agosto de 2007*. Diretriz de Tecnologia Aeroespacial - Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho. INTRAER: DTA -10. São José dos Campos, 13 ago. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001*. Dispõe sobre Reciclagem de Materiais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 19 jun. 2001.

_____. *Resolução nº 283, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor pagador. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 19 jun. 2001.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. [Brasília-DF], dez. 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 dez. 2010.

_____. *Lei nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. [Brasília-DF], out. 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 26 out. 2006.

_____. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. [Brasília-DF], set. 1981. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 02 set. 1981.

_____. *Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. [Brasília-DF], ago. 2010. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 03 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. *NBR 7.500 Identificação para o Transporte Terrestre, Manuseio, Movimentação e Armazenamento de Produtos*. Rio de Janeiro, RJ, 2003.

_____. ABNT. *NBR 7.501 Transporte Terrestre Produtos Perigosos*. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

_____. ABNT. *NBR 7.503 Transporte Terrestre Produtos Perigosos – Ficha de Emergência – Padrão*. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

_____. ABNT *NBR 10.004 Resíduos Sólidos – Classificação*. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

_____. ABNT. *NBR 10.005 Lixiviação de Resíduos - Procedimentos*. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

_____. *ABNT. NBR 11.174 Armazenamento de Resíduos Classe II, não inertes e III, inertes*. Rio de Janeiro, RJ, 1990.

_____. *ABNT. NBR 11.175 Incineração de Resíduos Sólidos Perigosos*. Rio de Janeiro, RJ, 1990.

_____. *ABNT. NBR 12.235 Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos*. Rio de Janeiro, RJ, 1992.

_____. *ABNT. NBR 12.807 Resíduos de Serviços de Saúde – Terminologia*. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

_____. *ABNT. NBR 12.808 Resíduos de Serviços de Saúde – Classificação*. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

_____. *ABNT. NBR 12.809 Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde – Procedimento*. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

_____. *ABNT. NBR 12.810 Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde – Procedimentos*. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

_____. *ABNT. NBR 12.980 Coleta, Varrição e Acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos*. Rio de Janeiro, RJ, 1993.

_____. *ABNT. NBR 13.221 Transporte de Resíduos – Procedimento*. Rio de Janeiro, RJ, 2003.